

1.1.5. Anexos às Demonstrações Financeiras

1_ Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IDENTIFICAÇÃO				
Designação	MUNICÍPIO DE POMBAL			
NIPC	506334562			
Natureza	Autarquia Local			
Endereço postal	Largo do Cardal, 3100-440 Pombal			
Telefone / Fax	236210500			
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-pombal.pt			
Sítio na internet	www.cm-pombal.pt			
LEGISLAÇÃO				
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro			
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro			
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES				
Prestação de serviços públicos, no âmbito das atribuições municipais operacionalizadas por via das competências dos órgãos representativos e dos serviços respetivos.				
COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO				
IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Cargo/Órgão	Nome	Início	Fim	Morada
Presidente da Câmara	Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão Santos	01/01/2023	31/12/2023	Rua do Pinhal Lote 28 3ª-A, 3100-558 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Isabel Maria Rodrigues Marto	01/01/2023	31/12/2023	Travessa da Alegria N.º 10, Mancos, 3100-352 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Gina Maria Estrela Domingues	01/01/2023	31/12/2023	Urb. Primavera Lote 8 R/C Esq, Flandes, 3100-339 Pombal
Vereador em reg. de tempo inteiro	Pedro Navega Ferreira	01/01/2023	31/12/2023	Rua Dr Bernardino Machado, Lt 15 - 2º Esq, Urb. Jardim das Oliveiras, 3100-573 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Catarina Pascoal Silva	01/01/2023	31/12/2023	Rua Santo Antonio, N.º 83. Cavadas ,3105-160 Louriçal
Vereadora	Odete Marise dos Santos Alves	01/01/2023	31/12/2023	Mouriscas, n.º 33 - 3100-353 Pombal
Vereador	Luis Miguel das Neves Simões	01/01/2023	31/12/2023	Rua Jose Santos Alves, Nº 16, 2º Dto, 3100-480 Pombal

1.1_Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

A_Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

O balanço e a demonstração de resultados de 2023, e a informação relativa ao ano anterior, foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

B_Comparabilidade

Em 2023, o Município aplica o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico ocorreu em 01/01/2020.

C_Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2023 correspondem a 3.635.799,67 EUR e são relativos a receita recebida do Programa comunitário FEDER, no montante de 3.158.417,50 EUR e do Programa comunitário FUNDO DE COESÃO no montante de 477.382,17 EUR, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

1.2_Valores de caixa e depósitos bancários

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2023 e de 2022.

Conta	Euros	
	Ano 2023	Ano 2022
Caixa	2.391,07	4.107,38
Depósitos à ordem	7.722.053,05	9.608.543,63
Depósitos no Tesouro		
Depósitos bancários	7.722.053,05	9.608.543,63
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	3.635.799,67	5.127.793,12
Depósitos de garantias e cauções	2.512.232,25	2.779.663,62
Total de caixa e depósitos	13.872.476,04	17.520.107,75

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31 de dezembro de 2023
- Execução Orçamental	11.180.188,22
- Operações de Tesouraria	2.692.287,82
Saldo de gerência	13.872.476,04

2_Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1_Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município são inicialmente mensuradas pelo modelo do custo, e subsequentemente mensuradas pelo justo valor menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências de capital do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo. A participação financeira nas PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, ENM e Pombal Prof – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda na qual o município detém 100% e 25% do capital, respectivamente, encontra-se mensurada pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.2_Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erro

Ao longo dos anos foram depreciados terrenos, em virtude da rubrica de terrenos se encontrar integrada na rubrica de edifícios e outras construções, o que resultou um excesso de depreciações de cerca de 3 milhões de euros.

Adicionalmente foram reconhecidos indevidamente proveitos de subsídios num montante acumulado de 576.780 EUR.

Assim, o efeito nas rubricas de Balanço e Demonstração de resultados de detalha-se como se segue:

Rubricas	2022	Ajustamento	2022 Reexpresso
ATIVO			
Propriedades de investimento	12 563 671,32	1 557 245,95	14 120 917,27
Excedentes de revalorização		1 979 142,59	1 979 142,59
Resultados transitados	119 696 442,82	-421 896,64	119 4 546,18

3_Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

As vidas uteis, por cada classe, dos ativos intangíveis, é a que se resume no quadro seguinte:

Rubrica	anos de vida útil
Goodwill	10
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de computador e sistemas de informação	3
Propriedade industrial e intelectual	1 a 5
Outros ativos intangíveis	1 a 5

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro – Quantia escriturada e variação do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
Ativos Intangíveis	13.436,65	1.500,00					-13.110,68			1.825,97
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	424,35	1.500,00					-324,57			1.599,78
Programas de computador e sistemas de informação	12.726,53						-12.726,53			
Propriedade industrial e intelectual	-5.790,43						-59,58			-5.850,01
Outros	6.076,20									6.076,20
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	13.436,65	1.500,00					-13.110,68			1.825,97

Quadro – Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis									1.500,00	1.500,00
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento									1.500,00	1.500,00
Programas de computador e sistemas de informação										
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL									1.500,00	1.500,00

Não se registaram diminuições, nos Ativos Intangíveis.

Quadro – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	666.234,08	652.797,43		13.436,65	667.734,08	665.908,11		1.825,97
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	591.117,31	590.692,96		424,35	592.617,31	591.017,53		1.599,78
Programas de computador e sistemas de informação	68.444,46	55.717,93		12.726,53	68.444,46	68.444,46		
Propriedade industrial e intelectual	596,11	6.386,54		-5.790,43	596,11	6.446,12		-5.850,01
Outros	6.076,20			6.076,20	6.076,20			6.076,20
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	666.234,08	652.797,43		13.436,65	667.734,08	665.908,11		1.825,97

4_ Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via pública na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

5_ Contratos de Locação

O Município, durante o ano de 2023, pagou, como locatário, e recebeu, como locador, rendas e/ou participações financeiras, no âmbito de contratos de concessão de espaços ou de arrendamento.

Nos quadros seguintes, divulgam-se os contratos mais significativos que o Município celebrou, como locador e locatário:

Locador: Município de Pombal					
Locatário	Finalidade	Data Celebração	Prazo/ Termo	Valor	Conta PCM
Silhueta Tropical, Lda	Cessão de exploração do antigo Posto de Turismo	18/12/2015	18/12/2023 renovável	904,44 €	72.12.02
MuralhaMágica Unipessoal Lda	Exploração do estabelecimento comercial de bebidas "Esplanada da Biblioteca"	20/12/2016	20/12/2028 renovável	11.837,40 €	72.12.02
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Fonte da Vila	09/03/2021	25 anos renováveis	2.400,00 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Barreiras	02/12/2021	25 anos renováveis	1.140,00 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Cavadas	02/12/2021	25 anos renováveis	625,30 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Zambujais	02/12/2021	25 anos renováveis	600,00 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Torneira	02/12/2021	25 anos renováveis	600,00 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Outeiro do Lourçal	17/06/2022	25 anos renováveis	1.140,00 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Tissuaria	17/06/2022	25 anos renováveis	600,00 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Carvalhal	17/06/2022	25 anos renováveis	840,00 €	78.7.3.0.01.3
Espaço Dona Maria - Eventos Lda	Cessão de exploração do Café Concerto	29/05/2023	5 anos renováveis	3.444,00 €	72.12.02
Autoridade Tributária e Aduaneira	Contrato de arrendamento de prédio urbano nº 13705 em Pombal	22/11/2016	10 anos renováveis	48.809,76 €	72.12.02
Agência para a Modernização Administrativa IP/Instituto Segurança Social IP	Protocolo para instalação e gestão da Loja do Cidadão	24/07/2015	10 anos renováveis	16.991,58 €	72.12.02
CTT - Correios de Portugal	Renda Edifício dos CTT na Guia			6.694,32 €	72.12.02
Transdev- Rodoviária da Beira Litoral	Renda Central de Camionagem			17.744,40 €	72.12.02

Locatário: Município de Pombal					
Locador	Finalidade	Data Celebração	Prazo/ Termo	Valor	Conta PCM
Santa Casa da Misericórdia de Pombal	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 6631 em Pombal	20/02/2020	1 ano renovável	3.678,00 €	62.6.1.2
Manuel António Gomes	Contrato de arrendamento para fins habitacionais de prédio urbano nº14489 em Pombal	01/02/2021	/02/2026 renováv	4.658,80 €	62.6.1.2
Manuel dos Santos Pereira e Glória da Silva Simões Pereira	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais em Pombal "Centro de Inclusão Digital"	01/02/2022	12/2022 prorrogá	4.800,00 €	62.6.1.2
Glamour Devotion, Lda	Contrato de arrendamento para fim habitacional de prédio urbano nº 5022 (1º Dto) em Pombal "Habitação de estudantes do Núcleo de Formação Superior de Pombal do IPLeiria"	01/03/2022	3 anos renováveis	6.688,00 €	62.6.1.2
Glamour Devotion, Lda	Contrato de arrendamento para fim habitacional de prédio urbano nº 5022 (2º Dto) em Pombal "Habitação de estudantes do Núcleo de Formação Superior de Pombal do IPLeiria"	01/03/2022	3 anos renováveis	6.688,00 €	62.6.1.2
Joaquim António dos Santos Guardado e Maria Eduarda Sarrico Maia	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 5330 em Pombal "Espaço Cowork"	18/03/2022	4 anos renováveis	3.894,00 €	62.6.1.2
Rui Pedro Martins Ferreira e Cristina Rosa Santos	Contrato de arrendamento para fim habitacional de prédio urbano nº11468 em Pombal "Habitação de estudantes do Núcleo de Formação Superior de Pombal do IPLeiria"	01/01/2023	3 anos renováveis	8.450,00 €	62.6.1.2
Irmãos Mota, Lda	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 10143 em Pombal "Instalação de serviços dq Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde"	01/08/2023	1 ano renovável	5.700,00 €	62.6.1.2
Albino Pereira dos Santos Moderno	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de préduo urbano nº 11014 em Pombal "Armazenamento, tratamento e catalogação de espólio"	01/09/2023	meses renováveis	3.000,00 €	62.6.1.2
Instituto D. João V, S.A.	Protocolo de cedência da Piscina	14/10/2014	nho 2015 renováv	33.898,80 €	62.6.1.2
Jorge Manuel Pedrosa dos Santos	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Contrato de arrendamento para fim não habitacional de prédio urbano nº 1514 em Pombal "Instalação e funcionamento da Equipa de Tratamento ARS Centro IP".	01/10/2023		1.251,33 €	62.6.1.9 e 62.6.1.2
Freguesia de Meirinhas	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Cedência de espaço para extensão de saúde	01/10/2023		642,00 €	62.6.1.2
Freguesia de Vila Câ	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Cedência de espaço para extensão de saúde	01/10/2023		748,20 €	62.6.1.2

6_ Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As vidas úteis, por cada classe, dos ativos fixos tangíveis, é a que se resume no quadro seguinte:

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	10 a 100
Edifício e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos Biológicos	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 14

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	106.331.474,37	6.169.463,43	-11.925,00				-8.607.501,63			103.881.511,17
Terrenos e recursos naturais	234.422,18	284,00	-11.925,00							222.781,18
Edifícios e outras construções	1.780.966,02	137.402,81					-89.694,06			1.828.674,77
Infraestruturas	98.429.699,51	5.985.500,62					-8.517.330,93			95.897.869,20
Património histórico, artístico e cultural	71.713,03	46.276,00					-476,64			117.512,39
Outros	5.814.673,63									5.814.673,63
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	116.313.382,04	27.641.237,92	-4.055.689,98				-3.187.667,61		-5.997.617,01	130.713.645,36
Terrenos e recursos naturais	31.816.945,00	5.894.066,43	-282.626,15				-833,35		-319.536,38	37.108.015,55
Edifícios e outras construções	61.327.189,32	8.010.580,73	182.802,40				-1.956.210,37		-27.312,50	67.537.049,58
Equipamento básico	1.719.596,89	657.875,00					-435.642,64		-24.612,41	1.917.216,84
Equipamento de transporte	1.239.116,63	362.712,98					-417.161,45			1.184.668,16
Equipamento administrativo	328.580,22	57.819,22					-135.531,26		-270,85	250.597,33
Equipamentos biológicos										
Outros	884.627,63	249.003,68					-242.288,54			891.342,77
Ativos fixos tangíveis em curso	18.997.326,35	12.409.179,88	-3.955.866,23						-5.625.884,87	21.824.755,13
TOTAL	222.644.856,41	33.810.701,35	-4.067.614,98				-11.795.169,24		-5.997.617,01	234.595.156,53

Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		6.172.496,91								-3.033,48	6.169.463,43
Terrenos e recursos naturais										284,00	284,00
Edifícios e outras construções		137.402,81									137.402,81
Infraestruturas		5.988.818,10								-3.317,48	5.985.500,62
Património histórico, artístico e cultural		46.276,00									46.276,00
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		18.686.069,94		4.541.574,71		47.500,00				4.366.093,27	27.641.237,92
Terrenos e recursos naturais		3.445.789,82				47.500,00				2.400.776,61	5.894.066,43
Edifícios e outras construções		1.494.376,10		4.541.574,71						1.974.629,92	8.010.580,73
Equipamento básico		667.188,26								-9.313,26	657.875,00
Equipamento de transporte		362.712,98									362.712,98
Equipamento administrativo		57.819,22									57.819,22
Equipamentos biológicos											
Outros		249.003,68									249.003,68
Ativos fixos tangíveis em curso		12.409.179,88									12.409.179,88
TOTAL		24.858.566,85		4.541.574,71		47.500,00				4.363.059,79	33.810.701,35

Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis		-95.250,00			-5.902.367,01	-5.997.617,01
Terrenos e recursos naturais		-95.250,00			-224.286,38	-319.536,38
Edifícios e outras construções					-27.312,50	-27.312,50
Equipamento básico					-24.612,41	-24.612,41
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-270,85	-270,85
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-5.625.884,87	-5.625.884,87
TOTAL		-95.250,00			-5.902.367,01	-5.997.617,01

Quadro – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	181.418.139,56	75.086.665,19		106.331.474,37	187.575.677,99	83.694.166,82		103.881.511,17
Terrenos e recursos naturais	234.422,18			234.422,18	222.781,18			222.781,18
Edifícios e outras construções	2.120.874,32	339.908,30		1.780.966,02	2.258.277,13	429.602,36		1.828.674,77
Infraestruturas	173.174.549,87	74.744.850,36		98.429.699,51	179.160.050,49	83.262.181,29		95.897.869,20
Património histórico, artístico e cultural	73.619,56	1.906,53		71.713,03	119.895,56	2.383,17		117.512,39
Outros	5.814.673,63			5.814.673,63	5.814.673,63			5.814.673,63
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	156.495.984,13	40.182.602,09		116.313.382,04	174.082.177,82	43.368.532,46		130.713.645,36
Terrenos e recursos naturais	31.816.945,00			31.816.945,00	37.108.848,90	833,35		37.108.015,55
Edifícios e outras construções	78.901.937,60	17.574.748,28		61.327.189,32	87.100.002,50	19.562.952,92		67.537.049,58
Equipamento básico	12.896.619,02	11.177.022,13		1.719.596,89	13.508.275,34	11.591.058,50		1.917.216,84
Equipamento de transporte	5.410.284,77	4.171.168,14		1.239.116,63	5.772.997,75	4.588.329,59		1.184.668,16
Equipamento administrativo	4.916.437,08	4.587.856,86		328.580,22	4.963.452,59	4.712.855,26		250.597,33
Equipamentos biológicos								
Outros	3.556.434,31	2.671.806,68		884.627,63	3.803.845,61	2.912.502,84		891.342,77
Ativos fixos tangíveis em curso	18.997.326,35			18.997.326,35	21.824.755,13			21.824.755,13
TOTAL	337.914.123,69	115.269.267,28		222.644.856,41	361.657.855,81	127.062.699,28		234.595.156,53

7_Custos de empréstimos obtidos

A rubrica de custos de empréstimos detalha-se da seguinte forma:

Mapa - Custo dos empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Data aprovação pela A.M.	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Final.	Capital		Encargos do Período			Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período
					Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total			
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	31/10/2008	01/12/2008	15	N - Investimento	2.944.444,66	2.916.510,13	224.346,92	6.740,60	231.087,52		336.520,55	112.173,63
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	30/10/2009	08/05/2010	25	1 - Investimento até 4,129 MEur	2.681.116,87	2.681.116,87	116.570,28	58.185,12	174.755,40		1.486.271,07	1.369.700,79
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	01/05/2020	28/09/2020	20	N - Investimento	5.192.690,24	4.594.810,42	231.853,60	122.170,07	354.023,67		2.898.817,73	4.362.956,82
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	21/10/2000	18/03/2003	25	N - Bº.S. S.João de Deus	302.548,00	302.548,00	15.243,60	570,24	15.813,84		46.368,35	31.124,75
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	28/04/2003	05/04/2003	25	N - Bº.S. S.João de Deus	674.090,00	674.090,00	28.907,35	3.118,28	32.025,63		181.506,49	152.599,14
BANCO MILLENNIUM BCP	16/09/2021	02/05/2022	4	Locação financeira para a aquisição de 4 viaturas	126.908,62	126.908,62	29.863,22	3.086,48	32.949,70		111.407,04	81.543,82
TOTAL					11.921.798,39	11.295.984,04	646.784,97	193.870,79	840.655,76	0,00	5.060.891,23	6.110.098,95

8_Locações financeiras – Locatário

No âmbito de uma candidatura ao Fundo Ambiental para a aquisição de quatro viaturas elétricas, era condição de aprovação, celebrar um contrato de locação financeira (leasing) com uma instituição bancária.

No quadro seguinte, apresenta-se o quadro detalhado do contrato de locação financeira.

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (capital + juros)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como gasto do período
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Aquisição de 4 viaturas elétricas	126.908,62	29.863,22	3.086,48	45.364,80	3.210,58	33.423,69	52.672,88	0,00	86.096,57		
TOTAL		29.863,22	3.086,48	45.364,80	3.210,58	33.423,69	52.672,88	0,00	86.096,57	0,00	0,00

9_Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente ao custo e ao justo valor como mensuração subsequente. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

As propriedades de investimento foram avaliadas por perito independente tendo resultando no excedente de revalorização no ano de 2023 de 1,9 milhões de euros.

As vidas uteis, por cada classe, das propriedades de investimento, é a que se resume no quadro seguinte:

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público	10 a 100
Edifícios e Outras Construções	10 a 100
Outras Propriedades de Investimento	10 a 100

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Período	Designação	Quantia escriturada inicial Reexpressa	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do período	Ano	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Revalorização			Diminuições	2022 Reexpresso
01/01/2022												
31/12/2022												
	Propriedades de Investimento	12.801.839,84	2.618,26		240.786,78					14.120.917,27		
	Bens de domínio público											
	Terrenos e recursos naturais	2.842.050,00								2.842.050,00		
	Edifícios e outras construções	9.959.789,84	2.618,26		240.786,78		1.557.245,95			11.278.867,27		
	Outras propriedades de investimento											
	Propriedades de Investimento em curso											
	TOTAL	12.801.839,84	2.618,26		240.786,78					14.120.917,27		

Ao justo valor

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de Justo Valor	Perdas de Justo Valor	Revalorização	Diminuições	
Propriedades de Investimento	14.120.917,27	217.883,56	-151.450,20				14.187.350,63	
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	2.842.050,00	45.100,00	708.192,50				3.595.342,50	
Edifícios e outras construções	11.278.867,27	172.783,56	-859.642,70				10.592.008,13	
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de Investimento em curso								
TOTAL	14.120.917,27	217.883,56	-151.450,20				14.187.350,63	

Quadro – Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento		217.883,56								217.883,56
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais		45.100,00								45.100,00
Edifícios e outras construções		172.783,56								172.783,56
Outras propriedades de investimento										
Propriedades de Investimento em curso										
TOTAL		217.883,56								217.883,56

Não se registaram diminuições nas Propriedades de Investimento.

Quadro – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Propriedades de Investimento	14.124.588,38	3.671,11		14.120.917,27	14.455.170,00	267.819,37		14.187.350,63
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3.595.342,50			3.595.342,50	3.595.342,50			3.595.342,50
Edifícios e outras construções	10.529.245,88	3.671,11		10.525.574,77	10.859.827,50	267.819,37		10.592.008,13
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de Investimento em curso								
TOTAL	14.124.588,38	3.671,11		14.120.917,27	14.455.170,00	267.819,37		14.187.350,63

10_ Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes, durante o ano de 2023 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)	
Mercadorias	0,00	35.443,22	35.443,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	151.659,96	175.638,60	159.742,45	0,00	0,00	0,00	0,00	167.556,11	
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	151.659,96	211.081,82	195.185,67	0,00	0,00	0,00	0,00	167.556,11	

11_ Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

QUADRO – RENDIMENTO com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	5.264.614,02
Saneamento	1.559.991,65
Resíduos Sólidos	1.835.092,98
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	58.028,85
Trabalhos por Conta de Particulares	33.728,03

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Cemitérios	55.474,83
Mercados e Feiras	75.787,03
Outros	1.120.193,35
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	357.777,08
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	
Arrendamento	159.402,48
Outros serviços	9.137,74
Venda de bens	2.018.772,27
Produtos agrícolas e pecuários	7.325,40
Produtos alimentares e bebidas	49.449,74
Água	1.966.612,01
Outros produtos	23.448,83
Mercadorias	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	4.701,76
Descontos e abatimentos em vendas	-32.765,47
Outros Rendimentos	7.732.778,08
Rendimentos suplementares	
Ganhos em inventários	274,60
Rendimentos em investimentos não financeiros	2.392.160,63
Outros	5.340.342,85
Juros e rendimentos similares obtidos	28.719,76
Juros obtidos	16.258,70
Dividendos obtidos de Outras entidades	571,46
Outros	11.889,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	
Outros rendimentos similares	11.889,60
TOTAL	15.044.884,13

12_Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro – rendimentos sem contraprestação.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	10.192.955,66				
Impostos indiretos	3.079.730,04				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	761.010,72				
Taxas	25.567,16				
Taxas específicas das autarquias locais	735.443,56				
Multas e outras penalidades	112.484,83				
Transferências sem condição	18.513.206,56				
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Reversões	402.251,13				
Outros					
TOTAL	33.061.638,94				

13_Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.290.584,33 EUR, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Reversões (8)	Outras diminuições	Total diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	2.706.215,43		0,00		0,00	415.631,10		415.631,10	2.290.584,33
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
Total	2.706.215,43		0,00		0,00	415.631,10		415.631,10	2.290.584,33

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 825/19.3BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50.000,00
Total passivos contingentes	80.000,01

14_Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15_Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

A listagem das entidades participadas apresenta-se a seguir:

MUNICÍPIO DE POMBAL
MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325.000,00	325.000,00	100,00%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes, SA	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	417.857.175,00	1.110.600,00	0,27%
Total em Eur.					1.784.040,00	

Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2023 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no Município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	959.074,81	93,8%	119.054,60
		Subsídios a exploração	28.029,91	2,7%	4.284,12
		Protocolo Bodo 2023	35.503,84	3,5%	0,00
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, SA	Entidade não controlada	Taxa publicação de aviso em jornal	86,10	0,0%	0,00
Total de transações			1.022.694,66		123.338,72

Sociedade participada	Cap. social da participada	% detida	Contas participadas 2023		Fracção no	Equivalência patrimonial 2023 (ganho)	Participação Financeira 2023	Equivalência patrimonial 2022 (ganho)	Participação Financeira 2022
			Cap. próprio	Result. líquido	Cap. próprio				
PMUGest	325.000	100,000%	994.350	99.763	994.350	99.763	1.094.114	102.678	994.351
Pombal Prof	150.000	25,000%	3.415.126	10.723	853.781	2.681	856.462	28.403	429.171
					1.848.132	102.444	1.950.576	131.081	1.423.522

16_Outras divulgações

16.1_Alterações no património líquido

Detalhamos abaixo os movimentos ocorridos no património líquido durante o exercício de 2023.

As variações no património líquido no exercício de 2023, apresentam as seguintes operações:

- Transferência do resultado líquido do período de 2022, para reservas livres, capital e resultados transitados;
- Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes,
- Transferências de Capital (FEF + artigo 35.º n.º 3 da Lei 73/2013, de 3 de setembro)
- Transferência da titularidade dos imóveis dos Ministérios da Educação e Saúde, no âmbito da delegação de competências, classificados no nosso Património a título de doações.

Rubricas	01/01/2023	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2023
51- Património	50.462.719,21	2124073,58						52.586.792,79
55 - Reservas	5.375.987,38	0,00	0,00	48.237,78			0,00	5.424.225,16
- Reservas legais	5.375.987,38			48.237,78				5.424.225,16
56 - Resultados transitados	119.274.546,18	83.062,21	-524.313,94	-1.750.414,72		964.755,59	0,00	118.047.635,32
- Resultados transitados	111.251.628,93	83.062,21	-524.313,94	-1.750.414,72		964.755,59		110.024.718,07
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	5.775.896,03							5.775.896,03
- Outras regularizações	2.247.021,22						0,00	2.247.021,22
57 - Ajust. em ativos financeiros	660.235,27	0,00	0,00	0,00	0,00	555.691,00	0,00	1.215.926,27
- Relacionados com o MEP	660.235,27					555.691,00		1.215.926,27
58 - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.979.142,59	74.022,27	-104.725,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.948.438,89
- Antes de imposto sobre o rendimento	1.979.142,59	74.022,27	-104.725,97					1.948.438,89
59 - Outras variações no património líquido	71.450.295,27	17.405.575,13	-8.454.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	80.400.875,88
Transferências e subsídios de capital	62.570.858,74	5.295.874,12	-7.363.350,92	0,00	0,00	0,00	0,00	60.503.381,94
- Ativos depreciables	62.570.858,74	5.295.874,12	-7.363.350,92					60.503.381,94
- Ativos não depreciables	0,00							0,00
Outras transferências, sub.capital	6.222.080,83	3.380.908,80	-1.091.643,60					8.511.346,03
- FEF Capital	2.737.150,66	1.452.505,61	-601.929,71					3.587.726,56
- Artº 35º,nº 3,Lei nº 73/2013	3.106.888,64	1.892.007,16	-487.999,93					4.510.895,87
- Outras transferências	378.041,53	36.396,03	-1.713,96					412.723,60
Doações obtidas	7.584,70	8.728.792,21						8.736.376,91
Transferências de ativos	2.626.606,00							2.626.606,00
Outras variações de capital próprio	23.165,00							23.165,00
88-Resultados líquido do exercício	964.755,59			-964.755,59	0,00	-3.615.462,49	0,00	-3.615.462,49
TOTAL	250.167.681,49	19.686.733,19	-9.084.034,43	-2.666.932,53	0,00	-2.095.015,90	0,00	256.008.431,82

16.2_Rendimentos e Ganhos

O aumento dos Rendimentos deve-se, essencialmente, à subida dos impostos diretos, às prestações de serviços e, em Outros Rendimentos, à imputação dos subsídios e transferências para investimento, com origem no Quadro Comunitário ou em Serviços Autónomos do Estado, calculado em valor proporcional ao valor da quota anual de depreciação dos bens financiados por esses mesmos subsídios, bem como, das rendas pela concessão da distribuição de energia elétrica e do parque eólico da Serra da Sicó.

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2023	Ano 2022
Impostos, contribuições e taxas	14.146.181,25	13.418.753,09
Vendas	2.018.772,27	1.931.386,51
Prestações de serviços e concessões	5.264.614,02	4.876.193,58
Transferências e subsídios correntes obtidos	18.513.206,56	18.744.627,21
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	102.444,00	131.081,00
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0
Provisões (reduções)	402.251,13	305.214,24
Outros rendimentos	7.732.778,08	7.190.972,55
Juros e rendimentos similares obtidos	28.719,76	28.737,28
TOTAIS	48.208.967,07	46.626.965,46

Tal como sucedeu em 2022, o resultado líquido tem vindo a diminuir, tendo atingido valores negativos em 2023 devido, muito em parte, às transferências de capital provenientes do OE, a serem levadas diretamente para o património. Só são consideradas rendimentos, em resultado da quota proporcional à depreciação dos bens.

Detalhe dos Outros Rendimentos

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Alienações	14.400,00	400,00
Rendas em propriedades de investimento	2.354.872,39	2.237.217,44
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4.473.656,78	4.711.702,85
Outros	54.411,24	6.021,43
TOTAL	7.732.778,08	7.190.972,55

16.3_Gastos e Perdas

Comparativamente com o exercício de 2022, o Município apresenta uma subida nos gastos e perdas que se justifica, na sua maioria, com o aumento dos gastos com pessoal, devido as já referidas transferências de competências no domínio da educação, ação social e saúde, dos respetivos encargos de funcionamento e de manutenção dos edifícios transferidos dos Ministérios da Educação e Saúde, e com os aumentos nos custos nas aquisições de bens e serviços, consequência do aumento contínuo da taxa de inflação. As amortizações e depreciações do período também aumentaram, resultado da alteração significativa da vida útil dos bens, bem como alteração de taxa, tendo por base o novo normativo aplicável (SNC-AP).

GASTOS	Ano 2023	Ano 2022
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	195.185,67	185.008,48
Fornecimentos e serviços externos	15.110.525,65	12.756.561,46
Gastos com pessoal	14.189.791,47	12.390.273,20
Gastos de depreciação e amortização	12.121.289,33	11.804.156,37
Transferências e subsídios concedidos	9.168.018,38	6.740.902,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	148.193,82	41.674,92
Provisões (aumentos)	0,00	501.717,08
Outros gastos	659.106,71	1.186.483,81
Juros e gastos similares suportados	232.318,53	55.431,79
TOTAIS	51.824.429,56	45.662.209,87

Detalhe de transferências e subsídios concedidos

As transferências correntes reportam essencialmente ao apoio social escolar, ao financiamento das transferências de competências nas freguesias, que em 2023 tiveram uma transferência extraordinária para reequilíbrio financeiro para com as despesa com a ação social escolar, bem como, no apoio ao associativismo cultural e à prática desportiva.

A subida das transferências de capital justifica-se pelo aumento do apoio ao investimento nas Freguesias, nas Instituições s/ fins lucrativos, e nos 208.321,00 EUR de apoio ao Hospital Distrital de Pombal, para aquisição de equipamentos.

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Transferências correntes concedidas	6.767.593,25	5.716.203,54
Subsídios correntes concedidos	133.843,05	174.473,41
Transferências de capital concedidas	2.251.682,08	850.225,81
Outros subsídios e transferências de capital	14.900,00	
TOTAIS	9.168.018,38	6.740.902,76

Detalhe dos fornecimentos e serviços externos

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Subcontratos e parcerias	731 698,52	206 455,20
Trabalhos especializados	2 645 395,89	1 963 078,64
Publicidade, comunicação e imagem	295 226,65	197 459,78
Vigilância e segurança	249 484,06	249 379,99
Honorários	467 789,09	436 496,32
Comissões	349 075,99	300 075,84
Conservação e reparação	898 864,19	877 085,37
Outros serviços especializados	120	3 198,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	259 400,06	221 791,72
Livros e documentação técnica	228,3	0
Material de escritório	49 525,30	45 848,91
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	42 877,90	45 995,15
Material de educação, cultura e recreio	14 847,98	24 356,60
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	76 099,39	57 736,79
Outros materiais diversos de consumo	788 188,33	810 129,27
Eletricidade	1 579 036,77	1 547 372,02
Combustíveis e lubrificantes	861 380,74	905 207,14
Água	236 413,66	263 390,85
Outros	5 622,13	3 823,86
Deslocações e estadas	56 258,58	19 548,70
Transporte escolar	699 898,16	616 022,47
Rendas e alugueres	216 617,96	147 652,17
Comunicação	281 431,14	275 105,66
Seguros	192 352,03	136 657,30
Despesas de representação dos serviços	3 869,51	5 208,00
Limpeza, higiene e conforto	433 968,10	467 030,84
Outros serviços	3 674 855,22	2 930 454,87
TOTAL	15 110 525,65	12 756 561,46

Detalhe dos Outros Gastos

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Alienações	49.980,00	143.160,00
Correções relativas a períodos anteriores	25.001,08	481.872,58
Quotizações	50.499,28	49.950,15
Outros gastos	17.555,12	23.769,19
TOTAL	659.106,71	1.186.483,81

16.4_Gastos com pessoal

O aumento dos gastos com o pessoal verificado em 2023 é justificado pelos encargos com os trabalhadores que transitaram para o Município de Pombal, no âmbito da transferência de competências na área da Educação, que em 2022 teve início em 1 abril, e em 2023 já reflete os encargos totais anuais, os que transitaram no âmbito da transferência de competências na área da Saúde, com início a 01 de outubro, e de novos trabalhadores, através de procedimento concursal e ou aacionamento de reserva de recrutamento, e das atualizações salariais para a função pública.

Somando-se os 707 colaboradores (trabalhadores e membros dos GAP's), o Presidente, 4 Vereadores que exercem funções a tempo inteiro, 22 prestadores de serviços, 15 beneficiários integrados através do IEFP, 3 trabalhadores ao abrigo da Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto e 6 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses, em 31/12/2023, o Município de Pombal contava com um total de 758 elementos em exercício de funções.

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	263.370,96	264.387,09
Remunerações do Pessoal	10.862.949,33	9.484.100,64
Pensões	49.085,96	45.979,92
Indemnizações	5.826,15	39.381,46
Encargos s/ Remunerações	2.543.884,66	2.217.062,81
Seguros de acid. trabalho e doenças profis.	141.905,41	54.415,51
Outros encargos sociais	322.769,00	284.945,77
Total	14.189.791,47	12.390.273,20

16.5_Dívidas de e a terceiros

No quadro seguinte identificam-se, por conta patrimonial, os saldos devedores e credores, a 31/12/2023, das dívidas de e a terceiros.

Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Fundos Comunitários	2 440 097,73	4 518 558,98
Serviços e Fundos Autónomos	496 140,92	147 238,64
TOTAL	2 936 238,65	4 665 797,62

Cientes, contribuintes e utentes

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Contribuintes	129,15	129,15
Utentes	2 310 368,89	2 138 211,68
Perdas por imparidade acumuladas	-836 353,40	-812 592,41
Freguesias	0,00	0,00
TOTAL	1 474 144,64	1 325 748,42

Estado e outros entes públicos

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Ativo		
IVA A recuperar	530 173,38	349 774,71
TOTAL	530 173,38	349 774,71
Passivo		
De trabalho dependente	55 649,00	60 750,00
De trabalho independente	3 881,78	2 909,64
Prediais	201,15	95,00
Outras retenções	0,00	0,00
IVA dedutível	0,00	0,81
IVA liquidado	0,00	0,00
IVA regularizações	0,00	-35,60
Imposto de Selo	1 175,00	1 175,00
Sistemas de proteção social	111 728,18	84 024,20
Subsistemas de saúde	23 754,44	20 712,99
TOTAL	196 389,55	169 632,04

Outras contas a receber

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)		
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	73 188,79	75 728,46
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	307 329,83	432 233,72
Outros	123 631,67	363 452,52
TOTAL	504 150,29	871 414,70

Provisões

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Aumento	Diminuição	Ano 2022
Processos judiciais em curso	2 290 584,33		-415 631,10	2 706 215,43
TOTAL	2 290 584,33	0,00	-415 631,10	2 706 215,43

Diferimentos

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	558 717,10	629 834,37
Outros	0,00	0,00
TOTAL	558 717,10	629 834,37

Fornecedores

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Fornecedores c/c - SC	263 289,04	123 849,13
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	1 236 355,43	754 701,17
TOTAL	1 499 644,47	878 550,30

Outras contas a pagar

DESCRIÇÃO	Ano 2023	Ano 2022
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	1 884 710,84	1 653 980,80
Outros acréscimos de gastos	348 879,05	400 183,55
Cauções	2 528 784,66	2 789 554,21
Outros	184 018,67	5 418,94
TOTAL	4 946 393,22	4 849 137,50